

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 03-8-2020.

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 087/20 (Processo nº 0223/20), de autoria de Hamilton Sossmeier. Também, foram apregoadas as Emendas nºs 02 e 03, assinadas por Ramiro Rosário, ao Substitutivo nº 01 aposto ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/17 (Processo nº 0322/17). Ainda, foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18 (Processo nº 0885/18). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Adriana Kauer, Presidente da Associação do Comércio do Mercado Público Central de Porto Alegre, que se pronunciou acerca de questões relativas à concessão do Mercado Público Central de Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Mauro Zacher, Mônica Leal, Alvoni Medina, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Felipe Camozzato, Airto Ferronato, Lourdes Sprenger, Comandante Nádia, Valter Nagelstein e Cláudio Janta manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Também, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais acerca do tema em debate, a Adriana Kauer. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e oito minutos às quinze horas e vinte e nove minutos. Após, foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Felipe Camozzato, Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni e Cassiá Carpes. Em prosseguimento, foi aprovado requerimento verbal formulado por Mendes Ribeiro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 008 e 012/20, o Projeto de Lei do Legislativo nº 233/19, os Projetos de Lei do Executivo nºs 013, 014, 015 e 016/20 e o Projeto de Resolução nº 002/20; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/20 e o Projeto de Lei do Executivo nº 012/20. Às dezesseis horas e um minuto, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram

presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e um vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Havendo quórum, dou por aberta a 31ª Sessão Ordinária.

Passo a palavra ao diretor Luiz Afonso, para que apregoe as matérias que foram encaminhadas à Mesa, para dar conhecimento ao plenário da Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação do Comércio do Mercado Público Central de Porto Alegre, que tratará de assunto relativo à concessão do Mercado Público.

A Sra. Adriana Kauer já está conectada conosco, saúdo e apresento as boas-vindas à nossa reunião virtual, que é uma inovação que a pandemia nos impôs. Vou devolver o comando dos trabalhos para que o nosso diretor legislativo apresente a Dra. Adriana Kauer e estabeleça as regras que nós vamos cumprir nesse período. Isto é, a ouviremos e, depois, as bancadas terão oportunidade de manifestação, conforme estabelece o nosso Regimento. Se houver certa dificuldade, peço que seja compreendido, porque a Dra. Adriana inaugura as tribunas populares feitas de forma virtual, é a primeira vez que está se utilizando desse mecanismo para satisfazer uma exigência do nosso Regimento e oportunizar à sociedade porto-alegrense, através das suas entidades representativas, como é o caso do comércio e do Mercado Público Central, a oportunidade de dialogar com a Câmara de Vereadores a respeito desse assunto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Adriana Kauer, representando a Associação do Comércio do Mercado Público Central de Porto Alegre, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. ADRIANA KAUER: Boa tarde a todos; boa tarde Ver. Pujol; meu agradecimento por estar aqui neste espaço, dentro desta Casa, pela qual nós temos

muito respeito e precisamos muito, principalmente neste momento. Permitam-me apresentar, eu sou Adriana Kauer, sou presidente da Associação do Comércio do Mercado Público de Porto Alegre, e, antes de mais nada, eu sou mercadeira. Mercadeira? Sim, eu tenho uma loja de 28 metros quadrados dentro do Mercado Público. Eu sou privilegiada, sim, já usaram muito essa palavra. Eu sou privilegiada, porque eu faço parte desses 150 anos de história desse prédio público. Quando fui ser presidente, um pai de santo chegou para mim e disse: “Tu vais ser presidente do Mercado, porque o Bará tem uma missão pra ti”. Eu, na época, disse sim, eu não tinha a intenção, mas realmente fui e encarei essa missão, porque eu tenho muito respeito por essa história do Mercado Público, eu tenho respeito à religiosidade do Mercado Público, eu tenho respeito pelos meus colegas mercadeiros. Eu tenho muito respeito por tudo o que acontece aqui dentro. Mas percebo que nesse edital não fala nenhuma vez sequer a palavra mercadeiros. Por quê? Porque esse edital não deu bola para o que realmente acontece aqui dentro. Os últimos dias estão sendo muito difíceis para o Mercado Público, nós estamos fechados num período muito delicado, mesmo sendo um centro de abastecimento de alimentos, nós estamos fechados. Nós sabemos que casos de Covid existem pela cidade toda, no entanto nenhum lugar teve esse mesmo rigor de fechamento como o Mercado Público. Faz um mês que o Mercado está fechado. Todos os argumentos que nos impõem, nenhum deles a gente aceita, porque nós vemos aglomeração em todos os lugares. Dizer que no Mercado não há controle de acesso... Não! Para isso bastava diálogo. Então é um momento muito difícil, muito triste, um momento que nos penaliza e penaliza a população. Por quê? Porque nós temos preços acessíveis, o Mercado Público é um mercado para todos os tipos de públicos, o mercado se encerra no próprio nome: Mercado Público. Se tu tiveres um poder aquisitivo e quiseres comprar alguma coisa melhor, o Mercado tem. Antes que falem que o Mercado só tem coisa barata, não, de fato, tem; só que tu vais encontrar esse produto de elite mais barato. Eu nunca vou esquecer das pessoas que precisam do Mercado Público. O Mercado Público vende para quem vai se sustentar, as pessoas vêm aqui para poder fazer alguma coisa, para poder vender e ter o sustento da sua família. Essas pessoas estão impossibilitadas. Por quê? Faz um mês que a gente também gostaria de algum argumento firme que realmente dissesse: “Olha, vocês são alimentação, mas realmente vocês não podem”. Para mim é bastante difícil e acaba vindo uma triste coincidência: nós estamos no meio de um edital de concessão, no meio de uma epidemia. E um edital de concessão com uma urgência descabida, que usa como argumento que esse edital vai gerar novos empregos depois da pandemia. Ora, se estivessem realmente preocupados com o número de empregos do Mercado Público, ele estaria aberto, porque normalmente são 1.200 pessoas que trabalham no Mercado Público. No início da pandemia baixou o número para 770 pessoas; hoje não passamos de 350 e olhe lá. Então, se a preocupação real é emprego, não existe nenhum argumento que me diga que esse edital tem pressa. Se tivesse pressa, o Mercado Público estaria aberto, certo? Nós fomos chamados, inclusive, nesse meio tempo, de inadimplentes! Ora! Quem não está com dificuldades de pagar contas no meio dessa pandemia? Ainda mais com o Mercado fechado, ainda mais que nós recebemos uma informação de que poderíamos ter os

aluguéis suspensos por três meses – claro que tentamos isso! –, só que agora, para nossa surpresa, veio que somos inadimplentes, porque alguns nós não pagaram esses três meses que foram ofertados pela Prefeitura. Então, isso é bem difícil, isso me parece argumento para jogar para a torcida, certo? Esse edital, que me parece tão raso e tão sério, está sendo baseado, está sendo justificado como uma necessidade, que não vai alterar as características básicas do Mercado. Ora, para quem não sabe, vai! Está aqui o edital, convido todos a lerem as páginas 94, 95 e 96. Nessas páginas, ele realmente relata que não vai poder franquias, que não vai poder *compact stores*, que não pode carrinhos de supermercado, que não pode outro serviço no primeiro andar, mas aí vem uma pegadinha. Vamos lá, alínea *p*, permitam-me ler para vocês (Lê.):

“A concessionária poderá submeter, a cada período de 5 (cinco) anos a partir da publicação do termo de entrega de bem público, nos termos do contrato, solicitação de modificação das diretrizes estabelecidas neste item e seus subitens, objetivando acompanhar a evolução na forma e atendimento do mercado de consumo e consumidor local”.

Gente, isso quer dizer que a cada cinco anos o Mercado pode ser descaracterizado, sim! Aqui é livre, pode fazer o que quiser. Então quem diz que não vai ser modificado? Olhem, essa pessoa está carente de ler o edital que escreveu ou, se não leu, é pior ainda, colocou um edital na rua com erros. Todo mundo que está alertando que esse edital tem problemas é que está errando? Um edital perverso, um edital raso, cheio de erros, cheio de pegadinhas? Eu vou dizer: quem vai julgar os erros que tem dentro desse edital? Não passou pela Câmara! Um edital feito nos quatro últimos meses de governo que impactará 25 anos de história. Será que o estudo sério e preocupado do TCE está errado? Será que os problemas graves e preocupantes que o Ministério Público levantou são errados? Mas qual é o documento que apresenta que isso aqui, que está escrito, não é verdade? Leiam no Correio do Povo: nas próximas semanas vamos ter manifestações positivas seja do TCE, seja da Justiça comum para destravar esse processo. Será soberba achar que está acima de todos esses órgãos? Será que é soberba achar que está acima inclusive desta Casa? Nós estamos acostumados com isso, porque o Mercado está fechado. Então, a gente já está acostumada com isso: “Olha, é assim, sim!” Lembra da matéria da Zero Hora de sexta-feira? Está aqui. Essa matéria diz que o Mercado de Belo Horizonte é privatizado, mas ela ignorou que, em 1996, os permissionários daqui bancaram 58% da reforma do Mercado e nem por isso o Mercado deixou de ser público; ignorou completamente que, por três anos, os mercadeiros bancaram a manutenção do Mercado. Nós ficamos três vezes sem a empresa de limpeza dentro do Mercado, mas a população não viu isso, porque o mercadeiro fez uma vaquinha e conseguiu bancar, por fora, mais uma empresa de limpeza, isso que ele já estava pagando um TPU que garantia a empresa de limpeza. Essa reportagem esqueceu de dizer que o mercadeiro banca desde uma cópia de chave da sala da coordenação da Prefeitura até um transformador de luz. Ela ignorou por completo que o mercadeiro bancou o PPCI do Mercado – e esse PPCI foi feito por meio de empréstimos de cinco anos, ou seja, pode ser que nós já... (Problemas técnicos no som.) Se o nosso gestor achar que nós temos que estar fora, daqui a cinco anos o que

vamos ter de Mercado é uma dívida que nós vamos levar de lembrança, do empréstimo para colocar as coisas em dia aqui. Esse edital teve audiências públicas, mas não teve debate, foi levado de maneira rasa, ignorou o consumidor, o mercadeiro, a cultura, a religião, a importância dos legisladores da cidade – vocês! –, ele ignorou demandas básicas. Durante essas audiências públicas não houve nenhuma manifestação a favor desse edital da maneira que ele é.

Agora, se perguntarem se somos a favor de uma concessão, sim, claro que sim, eu acho que a gente tem que melhorar, o Mercado precisa melhorar, mas vamos fazer com debate, vamos fazer com as partes que estão aqui. Ignorar quem está aqui dentro e ainda falar de maneira pejorativa sobre os mercadeiros, que sempre ajudaram? Os vereadores fazem as leis, e por que as leis são importantes? As leis são importantes porque trazem segurança jurídica, a segurança de quem age dentro da lei, que age e quem está certo; a segurança para o cidadão de que o poder público não poderá agir como bem quiser. Essa é a diferença de uma democracia e de uma ditadura. E esse edital ignorou totalmente a democracia quando ele alijou a Câmara, ignorando a importância de debates, a necessidade de debates e de lei para a concessão do Mercado Público; ele ignorou os mercadeiros, ele ignorou a nossa história, ele ignorou as religiões. Quem somos nós para esse edital? Não tem nenhuma vez o nome mercadeiro aqui dentro! Nós somos o que, aqui dentro? Se nós não somos o bem imaterial do Mercado, eu não sei. Vocês são os guardiões da democracia, e agora, mais do que nunca, nós precisamos de vocês, vereadores de Porto Alegre: não deixem 150 anos de história acabarem por pressa. Eu apelo: intercedam por nós, pelo bem do Mercado, pelo bem dessa história! A história está sendo reescrita de maneira autoritária, sem os verdadeiros protagonistas dela.

Rafael Guimarães, neste livro, diz que o Mercado teve cinco sentenças de morte. Se nada for feito, a sexta sentença será a derradeira. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Rapidamente, quero agradecer à bancada do PDT – Ver. João Bosco e Ver. Márcio Bins Ely – por me concederem este espaço para que eu pudesse, aqui, expressar a nossa manifestação de apoio, Adriana, que representa os nossos mercadeiros, mas, sobretudo, na defesa do nosso Mercado Público.

Quero dizer que eu divido contigo, acompanho esse processo com uma certa indignação, desde a audiência pública e toda a rapidez que o governo impôs a esse processo. Ainda bem que o Tribunal de Contas e também o Ministério Público estão atentos: o Tribunal de Contas que suspendeu a abertura dos envelopes, e o Ministério Público ajuizou uma ação civil pública diante desse processo, o que nos dá tempo para mostrar à sociedade que não é apenas um grito daqueles que estão acompanhando o

processo e lendo o edital, mas agora os órgãos fiscalizadores da cidade travaram e permitiram que a Lei Orgânica do Município seja cumprida, que esta Câmara participe ativamente desse processo e nos permita colocar as questões básicas e fundamentais para qualquer tipo de uma nova modelagem de concessão do Mercado Público.

Então, quero aqui reforçar questões que foram levantadas por ti, Adriana, e que não foram levadas em consideração. Primeiramente eu acho que a tradição da cidade e a tradição do Mercado foram completamente desrespeitadas nesse processo. Esse artigo que tu leste para nós em relação à mudança da atividade econômica daqui a cinco anos significa que, posteriormente, o Mercado Público esteja talvez revitalizado e talvez modernizado por alguém, a sua reforma esteja concluída e vocês talvez não estejam mais lá. Talvez seja um desejo disso, de uma mudança de perfil, do modelo que se sustenta ao longo desses mais de cem anos que fazem o Mercado. Eu fui os dos secretários do Fortunati que estive lá naquela noite em que o nosso Mercado Público pegou fogo, o que atingiu não só a nós, que vivemos diariamente em contato com o Mercado, mas toda a cidade. Então, quero, aqui, reforçar o nosso apoio, eu apresentei um projeto de lei que transforma o Mercado Público em patrimônio imaterial, o que, na verdade, vai no sentido de podermos preservar aquilo que tem no Mercado Público.

Enfim, que bom que tu estás aqui conosco, que bom que esta Casa talvez se sensibilize e dê a atenção necessária para esses processos açodados que estão acontecendo em véspera de eleição. Finalizo, Presidente, e está aqui registrada a posição do PDT. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente Pujol; diretor, colegas vereadores e vereadoras; Adriana, és muito bem-vinda à Casa do Povo de Porto Alegre. Olha, eu, desde o início, me manifestei surpresa com esse decreto do prefeito proibindo o acesso dos porto-alegrenses para consumirem produtos no Mercado Público. Eu não consigo entender o fechamento, inclusive eu anotei aqui: disse o prefeito que seria um possível surto de coronavírus o que motivou o fechamento do Mercado Público. Olha, eu fico surpresa e chocada porque a aglomeração, o prefeito, com esse decreto, conseguiu promover agora, porque as pessoas na rua, nas portas, ficam aguardando a entrega de produtos de parte dos comerciantes, isso é o que está ocorrendo agora. Vai um comerciante ali, faz a anotação, volta; enquanto isso, as pessoas ficam na porta do Mercado Público em constante aglomeração. O prefeito tem que saber que nem só de compras *on-line* vive o cidadão porto-alegrense. Ao mesmo tempo, é importante avisar o prefeito, parece que ele não sabe que os grandes supermercados e hipermercados estão recebendo 500, 800, até 1.000 pessoas juntas fazendo compras, o que torna inexplicável e estapafúrdia a decisão do gestor municipal para com o nosso mais antigo e tradicional centro de compras de alimentos. O que

também já está ocorrendo, em função desse decreto, é o impedimento ao trabalho e ao atendimento à população. Foi muito bem colocado pela presidente da Associação do Comércio do Mercado Público Central de Porto Alegre, quando fez agora sua manifestação, que, além de todo o transtorno ocorrendo para a vida da cidade, há a triste demissão dos trabalhadores. Mas eu também não queria deixar aqui, Adriana, de registrar que eu fui secretária da cultura do Estado do Rio Grande do Sul, e um dos pontos mais conhecidos da capital do Rio Grande do Sul é o nosso Mercado Público, que tem mais de 150 anos de história. Eu não consigo realmente entender qual é o objetivo desse fechamento. Quero aqui, Adriana, deixar uma pergunta no ar, quero que tu me fales sobre o saldo do Funmercado, pois esses dias escutei na imprensa que vocês teriam R\$ 1,3 milhão e mais R\$ 5 milhões que teriam sido pegos pela Secretaria da Fazenda. Quero entender isso. Também quero saber dos alugueis, eles estão sendo cobrados mesmo com o Mercado Público fechado? Afinal, por que o Mercado Público, que vende produtos essenciais, está fechado? Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. O Ver. Alvoni Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde a todos; boa tarde, colegas vereadores; Adriana Kauer, seja bem-vinda a esta Casa. Nós, da bancada do Republicanos, eu e o Ver. José Freitas, fazemos um apelo ao prefeito Nelson Marchezan para que revise as restrições impostas ao Mercado Público, para que, com o devido controle de acesso e higienização, sejam retomadas as atividades dos comerciantes, os quais tem famílias para sustentar. Por que o mercado privado pode funcionar? Inclusive há mercados que colocaram em frente uma placa dizendo que sua capacidade pode ser até 2.850 pessoas, enquanto o Mercado Público e centenas, milhares de lojas, infelizmente, estão morrendo, não vão ter mais condições de voltar a funcionar. Infelizmente a gente está vendo essa situação de centenas de famílias do Mercado Público não podendo levar o sustento para as suas casas. Por que o mercado privado pode funcionar? É uma pergunta, e quero que o nosso prefeito analise. A vida não pode parar, o Mercado Público tem que voltar às suas atividades imediatamente. Essa é a nossa manifestação, e tenho certeza de que, fazendo com que o Mercado Público volte a funcionar, também voltarão as demais lojas e estabelecimentos comerciais que estão necessitando que suas portas permaneçam abertas, com as devidas condições e devidos cuidados, para que as pessoas não fiquem passando mais necessidade do que já estão. Esse é o nosso apelo. Nos somamos à Adriana Kauer, sabemos a importância de o Mercado continuar funcionando. Os demais mercados estão em funcionamento e o nosso Mercado Público, infelizmente, continua fechado. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde Presidente Pujol, minha saudação especial à Adriana Kauer e a todos os mercadeiros e mercadeiras, meus colegas vereadores e vereadoras. O prefeito tem uma política zigue-zague, ele deixa que os supermercados abram e vendam qualquer coisa sem controle, sem fiscalização, em pequeníssimos supermercados do centro do histórico de Porto Alegre podem entrar 250 pessoas ao mesmo tempo, e o Mercado Público, que apenas vende produtos de primeira necessidade, está fechado. Eu já disse e repito aqui: o prefeito odeia o Mercado Público, o prefeito quer quebrar o Mercado Público. E não sou eu que estou dizendo isso, quem lê a peça do Ministério Público Estadual vê que lá está claramente expresso que as ações do prefeito são propositadas para fazer um confronto com o Mercado Público, com a história da cidade, com os mercadeiros e mercadeiras. Nós temos que ter isonomia: se as redes de supermercados podem abrir e vender qualquer coisa, o Mercado Público, sob controle e como higienização, como foi colocado aqui, clara e objetivamente pela Adriana Kauer, deve funcionar.

Agora, eu quero tratar sim da concessão. Essa concessão não vai passar, está na lei, está claro que sobre bens públicos de uso especial, como o Mercado Público... Ele tem uma finalidade especial desde o seu nascimento, antes mesmo desse Mercado Público, que vai para 151 anos, nós tínhamos ali a venda de produtos de alimentação, está na história de Porto Alegre e isso ninguém vai apagar. Portanto, é um bem e patrimônio imaterial – muito bem-posta a questão do Bará do Mercado. Eu me coloquei à disposição de todos, porque eu acumulei conhecimento nesses quase 50 anos em que frequente o Mercado, nesse anos que inclusive eu tenho estado semanalmente nesse Mercado, e durante os 15 meses em que fui gestor da SMIC, portanto gestor do Mercado; eu tenho discutido com outros colegas vereadores, inclusive com os que também foram secretários da SMIC, que o Mercado deve permanecer sob controle da população de Porto Alegre e sob o gerenciamento compartilhado entre mercadeiros e o poder público; jamais uma concessão, muito menos agora que o prefeito afrontou o Tribunal de Contas ao divulgar as duas corporações que apresentaram os envelopes. Os envelopes não deveriam ser abertos, se não podiam ser abertos, não poderiam ser explanados, muito menos poderia pagar três páginas de um jornal da capital para fazer propaganda no dia seguinte. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde à Adriana Kauer, que representa aqui os mercadeiros do nosso tão querido Mercado Público de Porto Alegre. Eu falo em nome do meu

partido, usando o tempo de liderança do PSOL, portanto falo em nome dos vereadores Roberto Robaina e Karen Santos. Eu gostaria, inicialmente, de te parabenizar, Adriana, deu para perceber, a partir da tua exposição, que foi uma exposição bastante clara, bastante ponderada, que tu transmitiste muita emoção na tua fala, emoção e indignação, e eu acredito que parte desses sentimentos eu compartilho neste exato momento. Eu não sou um frequentador assíduo, mas gosto de ir ao Mercado Público, existem algumas bancas que eu sou muito fã, só que, infelizmente, não existe, como falaram alguns vereadores que me antecederam, uma análise equilibrada da Prefeitura.

Um ponto que não foi destacado ainda, que eu uso aqui este momento para falar, é que o Mercado Público tem ventilação natural, as portas ficam abertas, o telhado tem frestas, isso permite que o ar circule tranquilamente, independentemente da orientação do vento sempre vai haver renovação do ar no interior do Mercado Público, e, portanto, um dos principais fatores que permite ou que aumenta a transmissibilidade desse vírus, que é o ar estagnado, nós não temos no Mercado Público, mas temos nos grandes supermercados da Cidade. Posso citar a rede Zaffari, Nacional ou Big, só para pegar três exemplos, e todos eles contam com sistema de ventilação artificial, com ar-condicionados, isso mantém o ar preso, estagnado, aumenta a concentração de partículas virais, e, no Mercado Público, não tem isso. Portanto não é justificável, não é aceitável a desculpa do prefeito de que o Mercado é mais propenso à disseminação da doença. Essa é uma mentira deslavada, é tentar inventar uma desculpa esfarrapada para justificar a sua real intenção que é justamente botar todos vocês para correr do Mercado Público, pessoas que fizeram história, que deram o seu suor para manter o Mercado acessível à população, com preços modestos e produtos de boa qualidade. Portanto, deixo aqui a posição de total apoio da nossa bancada em favor da luta de vocês. O Mercado Público é nosso, o Mercado Público não pode ser transferido aos amigos do prefeito. Um grande abraço, e que o Mercado Público permaneça por mais 150 anos, quiçá mais tempo ainda, a serviço da nossa população.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde colegas vereadores, boa tarde Adriana, bem-vinda à sessão da Câmara nesse ambiente virtual, e boa tarde a todos que estão nos assistindo. Inicialmente, gostaria de fazer coro a todas as falas de injustiça pelo fechamento do Mercado Público nas circunstâncias atuais, acho que, assim como diversos outros vereadores, aos quais eu divirjo em vários outros aspectos, eu concordo que não há razão, não há nenhuma ponderação, não há isonomia em fazer um tratamento diferenciado no Mercado Público em comparação a outros mercados privados que nós vemos pela cidade e que expõem as pessoas ao risco, tanto quanto ou mais, e que estão funcionando. Não há nenhuma razoabilidade em manter o Mercado Público fechado, esse é o ponto central da minha manifestação aqui.

Um outro ponto que eu acho que é muito importante na fala da Adriana, com quem eu tive a oportunidade de conversar em diversos outros momentos, eu acompanho esse processo de construção da concessão do Mercado Público há mais de dois anos, ficou muito claro na fala da Adriana que os mercadeiros concordam, e eu, como defensor desse tipo de parceria público-privada, tenho pleno conhecimento de que para que uma concessão seja bem sucedida é preciso ter um bom contrato, é preciso ter um bom edital, é preciso ter uma construção em conjunto e, aos poucos, isso foi sendo feito, mas a gente sabe de uma série de problemas que tivemos, especialmente por conta da Prefeitura, e aí eu quero separar a Prefeitura de Porto Alegre da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, que tiveram comportamentos distintos: enquanto a secretaria por vezes tentava fazer a construção disso, a Prefeitura não acompanhava. Senti falta, inúmeras vezes, de a Prefeitura estar presente, com sua liderança – o prefeito ou alguns outros secretários –, ajudando na divulgação das informações, ajudando na construção do esclarecimento público sobre o tema, da construção do que seria o edital, em reuniões de comissões, em presença em sessões, não apenas nas audiências públicas que foram feitas. Acho que tem uma série de regras no edital que foram modificadas para melhor, é preciso reconhecer isso, a fala da Adriana é importante porque traz alguns desses elementos e reconhece a importância da concessão, já que são mais de R\$ 40 milhões de investimentos necessários para colocar o próprio Mercado Público em um outro patamar de qualidade de serviços, respeitando inclusive os próprios empreendedores que lá estão, mas é preciso levar em conta também diversos aspectos que estão faltantes.

Esse elemento de manter o Mercado Público fechado enquanto outros estão abertos, eu acho que é muito cruel, precisaria ter uma melhor ponderação disso, é uma pena, neste momento, a gente ter esse debate de concessão contaminado também por essa péssima decisão da administração pública municipal, por isso manifesto também a minha solidariedade aos mercadeiros, sabendo que, nos próprios mercadeiros, a gente tem diversos deles que tem uma agenda bastante razoável, muito contributiva, extremamente preocupada com o bem-estar não só dos clientes que de lá usufruem, mas também com o patrimônio da cidade e com os seus negócios; mas a gente sabe também que tem alguns mercadeiros – uma minoria, na verdade –, que estão inadimplentes, não inadimplentes com a Prefeitura, mas, sim, com os seus colegas mercadeiros, porque não pagam inclusive esse serviço que eles, injustamente, têm que arcar, porque a Prefeitura não faz sua parte e, muitas vezes, acaba caindo no colo dos mercadeiros a incompetência ou a falta de sensibilidade de alguns colegas que fazem com que pese no ombro do colega ao lado algumas das suas responsabilidades. A gente sabe que a Prefeitura não tem condições de seguir gerindo o mercado, porque entrega um péssimo trabalho, e é preciso que a gente construa uma alternativa para isso, quem sabe com melhores regras, mais diálogo, melhores contratos. Solidarizo-me, portanto, com a pauta, com a fala da Adriana, com a posição de todos os colegas, sabendo da importância também da concessão aqui reconhecida e trazida pela presidente. Desejo uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu quero, em primeiro lugar, trazer um abraço à Adriana, dizer que já conversamos recentemente, liguei para ela dizendo que estamos junto com os mercadeiros no sentido de preservar as conquistas, a história do Mercado, a forma como ele opera. Também concordo com os colegas sobre a questão de fechar o Mercado, já que nós estamos desde o primeiro dia com os supermercados abertos. Por que isso, não se entende. Eu acredito que é necessário fazer exatamente nos moldes daquilo que se aplica aos supermercados, que se aplique também ao Mercado Público, que é um patrimônio da nossa cidade, é um prédio histórico. A parceria que já existe no Mercado Público entre o Mercado, operado por particulares, acreditamos que o modelo está pronto e que não necessariamente seria oportuno esse processo de modificação daquilo que já existe.

Em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista eu quero dizer que nós estamos com vocês, apoiando os pleitos de todos os mercadeiros da cidade de Porto Alegre que, repito, têm uma história de operação que só nos enche de orgulho, a nós, como porto-alegrenses. O Mercado é uma referência, sem nenhuma sombra de dúvida. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde Presidente, vereadores e vereadoras; boa tarde Adriana Kauer, presidente da Associação do Comércio do Mercado Público Central de Porto Alegre. O líder da minha bancada, o Ver. Idenir Cecchim, não está aqui, mas certamente ele concorda com o nosso apoio aos permissionários, aos mercadeiros, como são chamados. Também não dá para entender que outros semelhantes estão abertos e o Mercado Público não, tendo em vista que quando eu estive lá na última vez tinha até medição de temperatura. Seguidamente eu costumo ir ao Mercado, pois tem alguns produtos especiais, inclusive estamos em falta de ervas no Mercado, como eu venho mais dessa área natural, é onde eu acho a macela para o meu chimarrão. Sinto muito pela situação em que está, todos nós, porto-alegrenses, temos grande carinho pelo Mercado e, se dependesse de nós, certamente o Mercado não estaria nessa situação.

Veja bem, eram 1.200, passou para 700 funcionários, agora são 350 funcionários. Desejo que o Sr. Prefeito tenha essa sensibilidade, que reconheça, que dialogue com os mercadeiros, para que não tenham mais restrição para o trabalho, porque as pessoas querem trabalhar e que, com proteção, protocolo, é possível, sim, fazer abertura e evitar transmissão desse vírus que nos apavora, que está em toda parte.

Pode contar comigo, com o nosso apoio às mudanças para o Mercado Público voltar a funcionar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Lourdes Sprenger. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, Ver. Reginaldo Pujol; cumprimentar os colegas vereadores e vereadoras; cumprimentar a Adriana Kauer, é bom te ver aqui na Casa do Povo; e dizer que a bancada do DEM também se solidariza com os mercadeiros que, neste momento de pandemia, apesar de serem considerados como atividade essencial, não estão abertos. Enquanto os mercados estão a pleno vapor, trabalhando desde março, nunca fecharam, temos aqui o Mercado Público fechado, mesmo com todo o investimento que os mercadeiros fizeram quanto à questão da segurança do público que ali estaria e deles próprios.

Não achamos que seja correto fazer, nesses últimos seis meses de governo, algo que não foi feito em três anos e meio. Pior que isso, fazer de afogadilho; fazer com uma audiência pública apenas, sem o debate, que é importante que seja feito; fazer algo de última hora que vai impactar pelos próximos 25 anos. Nós, da bancada do DEM – o Ver. Mendes Ribeiro, o Ver. Ricardo Gomes e o Presidente Reginaldo Pujol –, não temos dúvida nenhuma de que o Mercado é uma joia, é precioso para nossa cidade e que ele deve, sim, ser melhor cuidado. Em qualquer ponto do País, do mundo aonde vamos, os mercados públicos são prioritários porque trazem o turismo. Na verdade, temos que reconhecer que o Mercado Público já é explorado hoje pelos privados, que são os permissionários. Óbvio, precisamos melhorar, mas a gente precisa reconhecer que, em oito anos, o Mercado incendiou, passaram-se dois governos, e nada foi feito até agora, em nenhum local, nem o segundo andar, nem um estacionamento apropriado; enfim, tem que existir, sim, o diálogo.

Esse edital foi forjado de forma rápida, rasteira, sem a conversa adequada com aqueles que ali estão há mais tempo – 150 anos já se passam. Nesse apagar das luzes, aos 45 minutos do segundo tempo, não é justo sem ter uma discussão. A própria Adriana reconhece a necessidade de ter uma concessão para o Mercado Público melhorar, mas que essa concessão seja conversada com aqueles que ali estão há mais tempo, e não com um explorador que vem sem conhecer todas as histórias, toda a cultura.

Que possa, sim, ter um equilíbrio econômico, financeiro, uma segurança jurídica e, mais do que isso, que a cultura, que as histórias do Mercado Público não se apaguem, porque aquele povo que não cultua o seu passado, a sua história não é digno do futuro. Nós, do Democratas, estamos, sim, de olho, cuidando; somos parceiros dos

mercadores do Mercado Público para que se faça realmente uma concessão onde todos possam ter a voz e a vez. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Adriana, boa tarde, é um prazer te ver; Ver. Reginaldo Pujol, nosso Presidente; senhoras e senhores vereadores, para mim, é uma fala muito especial. Eu não vou repetir os argumentos dos vereadores; a Ver.^a Nádia disse praticamente tudo o que eu tenho dito há algum tempo, em vários momentos, em vários veículos, acerca do nosso Mercado Público. Eu me ligo ao Mercado por uma condição muito particular, uma ligação muito afetiva: eu estive à frente do Mercado por mais de dois anos, quando secretário da antiga SMIC; participei de vários momentos de melhorias do Mercado e sei das suas necessidades e dificuldades. É um absurdo que nós não tenhamos elevadores no Mercado, há oito anos, que nós não tenhamos escada rolante. Aliás, é muito importante que essa parceria saia da forma correta – uma vez, quando eu era secretário, estragou uma polia da escada rolante, e nós levamos três meses para consertar a escada, porque o valor daquela polia não estava coberto no contrato.

A conta do Fundo do Mercado, infelizmente, acaba sendo meramente contábil, porque vai o dinheiro para a Fazenda e não volta o dinheiro para o Mercado; acabam os mercadores, em forma de condomínio, arcando com despesas que deveriam ser necessariamente do Município – segurança, manutenção, desratização e uma série de outras questões. É triste o que disse o Ver. Camozzato: que alguns dos mercadores ainda não têm a solidariedade de participar dessas despesas condominiais. Na verdade, eu conheço bem essa necessidade, e a própria Adriana acaba sofrendo com isso. Todos deveriam participar disso. Quando nós botamos os deques ali na frente, por exemplo, isso agregou muito valor àquelas lojas que estão de frente para o Largo Glênio Peres, e muitos não queriam sequer pagar o valor, valor esse que acabaram recebendo em termos de movimentação dos seus espaços.

Eu concordo também que não é aos 45 minutos do segundo tempo que se faz um processo dessa magnitude e cheio de pegadinhas, colegas vereadores. Eu vou dar exemplo de duas, para vocês verem. A primeira diz o seguinte: não se pode tirar ninguém de lá nos próximos cinco anos, a menos que esteja inadimplente; mas, há três meses, a própria Prefeitura disse que não precisava pagar, então ela induz a uma inadimplência e, amanhã ou depois, despeja o mercador lá de dentro. A outra pegadinha: não pode descaracterizar o Mercado Público no seu *tenant mix*. O que é *tenant mix*? É um *mix* de lojas, coisas típicas que têm em qualquer mercado, à exceção de daqui a cinco anos. Daqui a cinco anos, bota uma loja de conceito. A Adriana trabalha, por exemplo, com chocolate. Quem é que disse que não pode vir uma grande

empresa de chocolate mundial, fazer *dumping* lá dentro do Mercado e acabar com o negócio da Adriana ou de outros mercadeiros? Então a gente tem que preservar as características específicas do Mercado Público, mas precisamos, de fato, caminhar para um processo que seja mais ágil dentro do Mercado, que permita mais investimentos. Eu tenho dito publicamente, conversando com os mercadeiros, que permitam uma operação aos domingos, não dos setores das lojas, mas dos restaurantes, porque o Mercado tem que ser para fora, tem que ser para turista também. Eu não enxergo o Mercado fechado num domingo. Nós temos que transformar Porto Alegre cada vez mais numa cidade atrativa, e o Mercado tem que fazer parte disso. Uma ligação do Mercado, amanhã ou depois, com o Cais do Porto revitalizado; a retirada daquela estação, ou pelo menos daquele arco horroroso, que matou uma face do Mercado, em frente à estação da Trensurb, que se deixe o arco do outro lado, mas que acabou matando uma face, do lado que os mercadeiros acabam chamando de Faixa de Gaza, que tem aquela outra estação que matou o Mercado, que tem que sair dali de alguma forma. E nós temos que abrir de novo, aquela parte entre a Federasul e o Mercado Público - aquilo no passado era lindo, tinha árvores, tinha uma palmeira-das-canárias. Quem for ali na confeitaria Barcelona, na subida da Rua da Praia, vai ver uma foto do Mercado da década de 40, aquele espaço que era maravilhoso, com os bondes passando ali; do outro lado do Largo Glênio Peres tinha uma fonte d'água linda, que hoje está abandonada no Parque da Redenção, e pode voltar; um estacionamento subterrâneo, que é algo em que não se conseguiu avançar. Enfim, essas coisas todas, mas, como disse a Ver.^a Comandante Nádia e outros vereadores, respeitando o tempo das coisas. Eu não reconheço mais legitimidade nesse governo, primeiro porque não soube fazer o diálogo com quem tem o protagonismo histórico, ali dentro do Mercado, que são os mercadeiros; depois com a própria sociedade porto-alegrense, e conosco, com os vereadores da Câmara.

Eu acho que é possível, é necessário, faz investimento, quiçá uma parceria público-privada, dentro de outros marcos, no início de um governo que tenha legitimidade. Se o prefeito ganhar a eleição, tudo bem, que ele volte no início do seu próximo governo e tente levar adiante a sua ideia. Agora, neste momento, eu, de fato, não reconheço mais eleição. E que o Bará do Mercado, Ver.^a Cláudia Araújo, minha colega, abra os caminhos, para que a gente consiga evitar o mal, chamar todos os orixás que a gente possa invocar, que a gente possa evitar um mal maior, que é de fato uma violência contra o Mercado e contra esses que têm o protagonismo de uma vida inteira lá dentro. E que a gente consiga receber, oxalá, as luzes suficientes para que o Mercado seja aquilo que de fato ele nasceu e tem vocação para ser: uma joia histórica da nossa cidade, respeitando a pluralidade de Porto Alegre, a democracia que faz parte da nossa cidade e a história desses trabalhadores que estão lá dentro.

Eu tive muita honra, concluo dizendo isso, de homenagear um senhor, no ano passado, que tem 50 anos de trabalho dentro do Mercado Público, no dia do aniversário da nossa cidade, e eu acho que uma homenagem a esse trabalhador representa uma homenagem a todos os trabalhadores da cidade e aos mercadeiros, porque todos esses e todos nós juntos é que representamos essa história. Nós estamos cansados desse tipo de intransigência, desse tipo de teimosia, desse tipo de ditadura que

está estabelecida sobre nós e que recentemente pesa sobre os mercadeiros, inclusive, sacrificando-os, para que percam a capacidade de gerar emprego e renda.

Adriana, que a gente supere tudo isso, e que, no início de um novo governo, a gente possa caminhar para um processo muito melhor que respeite a todos, que respeite a cidade, que respeite vocês e que respeite o Mercado. Muito obrigado.

(Não revisado o orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Valter Nagelstein. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos. Eu queria saudar a Adriana, seja bem-vinda; a Adriana que representa todos os nossos, pode-se dizer, nos últimos 120 dias, heroicos administradores do Mercado Público. Saúdo ao Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, e nossos colegas vereadores. Queria fazer uma breve retrospectiva: eu fui líder do governo por um ano e pouco, e, nesse período, através da Associação dos Permissionários do Mercado Público, se negociou muito com o governo. O governo tinha que resolver a questão do PPCI, e os mercadeiros dispostos a ajudar, e votaram, e está na Prefeitura, nessa Secretaria de Parcerias Estratégicas – o secretário da época era o Vanuzzi, se não me engano. E está lá o compromisso assinado pelos permissionários do Mercado Público de criar cisterna, de resolver todo o problema elétrico do Mercado Público, de fazer os elevadores, de administrar o que eles querem administrar. Propuseram tudo o que está se vendo aí, na questão de edital, de entregar o Mercado Público para alguma administradora de *shopping center*, que saiu no jornal. As duas empresas que apresentaram propostas, que não foram abertas ainda, graças à intervenção do Tribunal de Contas, são administradoras de *shopping center*. *Shopping center* não é uma quantidade de lojas que tem; é um conjunto de cinco ou seis lojas; se um empreendimento se caracteriza como *shopping*, é *shopping center*. Nós temos, em Porto Alegre, e é uma das cidades do Brasil que mais *shopping centers* tem, como referência dois grandes *shopping centers*. Mas nós temos *shopping* com operação de 14 lojas, 10 lojas, 20 lojas, e as duas empresas que apresentaram propostas são empresas de *shopping centers*.

E eu concordo com o Ver. Valter Nagelstein, que a Prefeitura preparou um bote: primeiro, não divulgou em nenhum momento a proposta dos permissionários, que propuseram - e não foi uma, nem duas vezes - resolver as questões estruturantes do Mercado Público; e eles só queriam a garantia de continuar no Mercado Público. Isso é normal! Ninguém vai arrumar a casa dos outros, se a casa não ficar consigo. E propuseram, num período, pagaram as dívidas que a Prefeitura tinha, fizeram PPCI do Mercado Público, com muita dificuldade. E agora o que se vê é que estão dizendo que não pode. Eles são do Mercado, são mercadeiros, têm estabelecimentos que estão ali há décadas, há séculos, vivem a vida do Mercado Público! Sem falar do papel social do Mercado Público, não só do nosso, de Porto Alegre, mas de todos os mercados públicos,

o Mercado Público de Pelotas, de Rio Grande, de São Paulo, de Minas Gerais, que é a questão de as pessoas poderem comprar produtos frescos e uma série de outras coisas que o Mercado Público oferece. Agora, nada impede, como o Ver. Valter muito bem falou aqui, daqui a cinco anos, de nós termos instalado no Mercado Público um supermercado. Porque é um dos *métiers* do Mercado Público vender alimento, um supermercado inicialmente vende alimento. Nada impede isso. Daqui a cinco anos, sendo que a maioria dos permissionários, pelo que a Prefeitura está armando aí, terá que discutir judicialmente os seus pontos. A questão de que alguns pagam e outros não pagam, quando estiver oficializada a questão de os permissionários administrarem o Mercado Público, como qualquer condomínio, quem não pagar vai ser convidado a se retirar. Então, essa é uma questão do Mercado Público, hoje em dia é injusto: meia dúzia lá, uma porcentagem, paga; e outra porcentagem, por esse desacordo, não está participando.

Eu quero dizer que não é o momento, o governo teve quatro anos para discutir a questão do Mercado Público – quatro anos! Os permissionários permitiram que o governo estivesse discutindo essa questão do Mercado Público de Porto Alegre, ofertando para quem entregar as propostas, o Mercado Público com o PPCI feito, o Mercado Público e os projetos de coisas que tem que fazer; e ninguém vai resolver a questão do Mercado Público - não sendo do Mercado Público - em cinco anos. Então, quero dizer para vocês que o nosso mandato, que nós estamos junto na luta do Mercado Público, que vem sofrendo. E eu não entendo até hoje, como falei várias vezes aqui, como que uma praça pode ficar aberta, como que pode ter jogo aqui em Porto Alegre e não pode o nosso comércio estar aberto? Eu não entendo como todos os supermercados em Porto Alegre podem ficar abertos, vendendo não somente alimentos, não somente material de higiene e limpeza, mas vendendo tudo que os mercados vendem, e o Mercado Público não pode ficar aberto porque o Mercado Público tem quatro entradas. Mas fecha duas! Todos os mercados têm várias entradas. Nos hipermercados, entra por um lado, entra por elevador. E o Mercado Público eles fecharam; simplesmente, fecharam! Entra por aqui e sai por ali. Agora é uma desculpa para realmente fazer os mercadeiros e fazer as pessoas que exercem a sua atividade no Mercado Público desistirem. Tem lojas dentro do Mercado Público que estão fechadas há 120 dias. Abriram por um prazinho curto. As florais, por exemplo, estão fechadas há 120 dias. É inadmissível uma veterinária poder estar aberta em qualquer avenida de Porto Alegre e, dentro do Mercado Público, não poder estar aberta. É uma perseguição para esgoelar os mercadeiros, para que os mercadeiros não façam a resistência à questão de vender o Mercado Público. Pois isso que está se desenhando é vender o Mercado Público. Não é uma política de administrar o Mercado Público como a população da Porto Alegre está acostumada, de ir lá e comprar duas fatias de mortadela e comprar um punhado de arroz e feijão, de ir lá e comprar sua erva, seus chás, comprar tudo que precisa. E não tem garantia nenhuma.

Nós fizemos dois projetos de lei, um fizemos junto com o Ver. Adeli Sell, de garantir a questão cultural do Bará. E o outro projeto que apresentei nesta Casa estabelecia que para vender o Mercado Público teria que fazer um plebiscito com a

população de Porto Alegre. A população de Porto Alegre é a mais interessada, é ela que tem que dizer se o Mercado Público, do jeito que está, está bom ou não. A Prefeitura tinha que perguntar para o povo que frequenta o Mercado Público; não é o que as pessoas que não frequentam o Mercado Público querem. E eu faço coro aqui, eu acho que os restaurantes tinham que abrir um pouco mais, eu acho que os restaurantes tinham que estender o seu horário um pouco mais, mas foi o próprio poder público que não permitiu que os restaurantes do Mercado Público tivessem música ao vivo. No período em que tinha, era uma atração, faziam rodas de samba, rodas de pagode. Toda vez que o poder público se meteu no Mercado Público, ele prejudicou o Mercado Público. Teria que ouvir os interessados. Entre os maiores interessados na questão do Mercado Público, além dos mercadeiros, está a população de Porto Alegre que vive e convive, que se criou com o Mercado Público de Porto Alegre. Então, vamos à luta para manter a essência do Mercado Público de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente; Adriana, seja sempre bem-vinda a esta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos mais inscrições, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Nós estamos vivendo um momento extraordinário, e realmente o que acontece com relação ao Mercado Público Central de Porto Alegre, como disse bem o Ver. Janta há pouco, tem uma ressonância absoluta, a cidade inteira tem algum tipo de vínculo com este Mercado desde aquele cidadão idoso que, quando era menino, foi comer sorvete lá na Banca 40 do Mercado. Essa é a verdade. Mais do que valor comercial, que é muito importante, muito significativo, tem coisas que são da cultura de Porto Alegre e, como tal, tem que ser entendido. Quem não entender isso não pode gerir o Mercado Público de jeito nenhum. Aliás, eu tenho o privilégio de ter sido um dia secretário da indústria e comércio lá no século que passou, no milênio que passou, lá em 1977, em torno disso, quando a gente fez uma reforminha no Mercado, toda ela apoiada pelos concessionários. O saudoso Amauri Collares Osório que coordenava a ação, a nosso pedido, não está vivo para comprovar, mas aqueles antigos como eu, que tenho 80 anos, não esqueceram desse fato. Aliás, fato esse que se repete, de tempos em tempos, com maior ou menor intensidade.

Então, eu queria dizer o seguinte, Adriana, nós vamos quebrar um pouco o protocolo, e sei que eu vou ser aplaudido pelos colegas vereadores por quebrar o protocolo. Pelo protocolo, teríamos que agradecer a tua presença, nos despedir e passar para um novo segmento da nossa reunião, mas, em verdade, tu foste cobrada por algumas pessoas, cobrada no bom sentido, e eu acho que tu mereces fazer uma manifestação de despedida respondendo às indagações que foram feitas, reafirmando os teus conceitos e saindo daqui da nossa reunião virtual absolutamente convencida de que tu tens muitos aliados dentro do Mercado Público Central. E que o Mercado tem muita

felicidade de te ter como presidente numa hora como esta, pela tua tradição, filha que é dum velho mercadeiro e sobretudo pela maneira com que tu encaras a coisa, com inteligência, sabedoria e muita competência. Dr. Luiz Afonso, libere mais dez minutos para a nossa convidada, para as suas despedidas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. A Sra. Adriana Kauer está com a palavra, para suas considerações finais.

SRA. ADRIANA KAUER: Muito obrigada, Pujol; ouvindo as tuas palavras, realmente eu fico emocionada, porque a luta está sendo muito difícil. Às vezes, a gente pensa que somos muito formiguinha perto de tudo o que está acontecendo, porque nós não fomos bem tratados nesses últimos três anos, confesso que nós não fomos bem tratados. Nós, que somos sempre os protagonistas, como tu bem lembraste, sempre fomos chamados para bancar as coisas e sempre nos apresentamos, nos últimos tempos, viramos os vilões, como se a nossa casa estivesse mal por nós, e é exatamente o contrário. Sempre que a gente teve oportunidade, a gente realmente compareceu e a gente fez. Respondendo já à Mônica, primeira indagação, sobre o dinheiro do Funmercado, está aqui, Mônica. A última vez que a gente teve acesso ao extrato do Funmercado, dizia que tinha R\$ 1,341 milhão, isso foi em dezembro numa audiência do Ministério Público. E tinha R\$ 5,532 milhões pegos pela Secretaria Municipal da Fazenda. Essa foi a última vez que a gente teve acesso a um extrato do Funmercado, tinha esses valores. Lembrando que, há três anos, foram dispensados do IPHAN R\$ 10 milhões, que estariam vindo para o Mercado, para o término das obras que faltavam. Esse dinheiro vinha pelo PAC Cidades Históricas e, realmente, não veio por falta de apresentação de projetos.

Respondendo à Nádia, realmente, Nádia, teve audiência, teve, inclusive, reuniões, mas a impressão que a gente teve é que foram audiência e reunião para preencher planilha, para apresentar aos jornais que “ouvimos”. Mas ouvir não é dialogar. Dialogar é quando a gente chega a senso comum, dialogar é como vocês estão fazendo comigo.

Nagelstein, sim, está cheio de pegadinhas. E me preocupam muito as pegadinhas que não falam quem é que vai julgar. Volto a dizer: a minha preocupação, quando não passa pela Câmara esse assunto, deixa muito em aberto quem vai julgar. É muito fácil ir para a TV, para a mídia dizer que “eu estou dando a minha palavra”. Mas quem está dando a palavra é uma pessoa que sequer é do Rio Grande do Sul e talvez, quando passar todo esse edital, não esteja mais aqui. Então, a palavra dita, não sei, eu vou acreditar no edital, e o edital diz o que está ali, diz que em cinco anos tudo muda, ele diz que permissionários não regulares serão dispensados. Realmente, houve essa situação dessa pegadinha que foi levantada pelo Valter, que nos falaram que nós poderíamos ter suspensos três meses. Agora vem, dia 16 de julho, negado isso, dizendo que só os estabelecimentos que estavam completamente fechados tinham essa possibilidade. É muito ruim tudo isso.

Agradeço a todos os outros, Medina, todos os outros que falaram tão bem, Prof. Alex, eu vou acabar me esquecendo e não quero ser injusta com todos os que falaram tão bem, o Camozzato, que é um absurdo o Mercado estar fechado.

Janta, queria te responder sobre o condomínio do Mercado. Nós estamos tratando internamente disso sim, nós entendemos hoje que a inadimplência do Mercado vai muito por esta crise que está acontecendo. As pessoas estão com muita dificuldade de pagar, sim, e nós não vamos cobrar de maneira tão incisiva dessas pessoas, porque tu imaginas, hoje, estão todos fechados. Aí tu imaginas cobrar. Eu seria tão cruel quanto esse próprio edital, que impôs, num momento destes, em que nós estamos supermal, cobrar goela abaixo. Nós estamos cobrando à medida que as pessoas podem pagar. Eu acho que tu estás certo, a gente tem que consultar quem frequenta o Mercado. O plebiscito tem que ser para quem frequenta o Mercado, porque é muito simples tu dares a tua opinião sem viver o Mercado. E quem vive o Mercado, aí eu faço um especial agradecimento ao Adeli - esse sim estava aqui todos os dias, desde que começou esta confusão, colocando a preocupação dele conosco -, então, te agradeço, Adeli, inclusive pelas 20 mil assinaturas que tu recebeste contra esse edital de concessão, te agradeço por ajudar a colocar lá dentro do TCE mais informações que faltavam. Eu sei o quanto a tua luta é forte e é por nós. Eu agradeço a cada um de vocês estar se solidarizando.

Mônica. Realmente, a Mônica é uma pessoa que está diariamente me perguntando como é que estão as coisas. Agradeço demais a todos vocês, Adeli, Karen, Lourdes, Ferronato, Paulinho, todos vocês, Nádia, eu já citei, todos vocês que estão solidários a nós. Volto a repetir: é muito temerário quando não existem leis, e vocês são as pessoas que fazem as leis para a cidade. Passar por cima de Câmara, TCE, Ministério Público, sobre a religião, sobre os mercadeiros, é uma soberba que não precisava. Ninguém aqui é vilão. Não nos tratem por vilões. Nós estamos aqui, há muito tempo, bancando o Mercado, sem que o Funmercado volte. Isso é muito importante. Eu sempre peço a oportunidade para dizer para as pessoas que não conhecem, à população normal, o que é o Funmercado. O Funmercado é uma lei que diz que tudo que é arrecadado dentro do Mercado, tem que voltar para o Mercado em forma de limpeza, de segurança, de manutenção. A limpeza e a segurança hoje nós temos, mas a manutenção continua falha, e nós estamos pagando isso por fora. Então, o funcionário, o comerciante ou - a palavra que a gente mais gosta - o mercadeiro não são os vilões dessa história. Mercadeiro, realmente, é a pessoa que está dentro do Mercado fazendo ele ficar de pé. Se a pessoa acha que está ruim, pior sem esses mercadeiros, que estavam lutando por ele. Nós não queremos um *shopping* no Mercado. Nós queremos ele melhor, com certeza absoluta, mas a gente não quer um *shopping*. Eu agradeço demais, demais a solidariedade de todos vocês. E, realmente, eu volto a dizer, é um apelo que eu faço, é um apelo emocionado que eu faço para vocês: não deixem esses 150 anos de história irem ralo abaixo, por conta de pressa, por conta de vontade, simplesmente, que se faça qualquer coisa.

Nós podemos sentar e conversar para que isso seja composto de uma maneira tranquila, mas não assim, não dessa maneira, por favor. Muito obrigada pela

oportunidade, eu estou realmente bastante emocionada. Agradeço a todos em nome dos meus colegas mercadeiros: muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Adriana.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu quero aplaudir a nossa convidada, dizer que a Câmara de Vereadores está de portas abertas para manifestações como essa, e eu tenho... (Problemas técnicos no som.) ...e sim engrandecida. Agradecemos pela presença da Sra. Adriana Kauer.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h28min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h29min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, com a concordância do Ver. João Bosco Vaz, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, como não há matéria prioritizada, hoje não haverá Ordem do Dia.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Pujol, minha saudação especial em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – colegas Comassetto, Sgarbossa e Oliboni. Eu hoje queria falar para os meus colegas da importância de discutir as questões da administração pública municipal. Não apenas eu, mas o Ver. Alex, entre outros, especialmente os vereadores que estão na CECE têm levantado problemas em relação ao uso do tema sistema do sistema Cortex pela Secretaria Municipal de Educação. Nós fizemos um arrazoado, transformamos isso numa petição, está aqui, foi hoje protocolizada no Ministério Público, na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, porque esse sistema captura, ele usurpa os dados pessoais de professores, professoras e alunos, sendo que os alunos da rede municipal de ensino, eu

tenho dito isso para os meus colegas da bancada, eles têm, na sua amplíssima maioria, até 12 anos de idade, portanto são crianças, e com relação a qualquer dado de crianças rege o Estatuto da Criança e do Adolescente. Está aqui consubstanciada, depois eu posso mandar para os colegas que tiverem interesse em se debruçar sobre as minhas oito páginas de petição, uma petição portanto formal, embasada no direito positivado, seja o Estatuto da Criança e do Adolescente, a questão da Lei Orgânica do Município, e também eu utilizei a Lei Geral de Proteção de Dados, que deveria ter entrado em vigor no dia 1º de agosto, portanto ela ainda tem uma *vacatio legis*, está sendo discutida, e essa é a nebulosidade, no Congresso Nacional, se parte dela será a partir de janeiro do ano que vem e uma outra parte dela, quem sabe, só em maio ou agosto do ano que vem, segundo as proposições que se encontram no Congresso Nacional.

Dada a complexidade da questão, nós achamos que é uma afronta que a utilização desse sistema tenha sido feita de cima para baixo, e, mais uma vez, em nenhum momento foram consultados os técnicos da Procempa, como diz a legislação que também acostei a essa petição, que também a Procempa teria que ter sido consultada sobre essa tecnologia. Nós não temos absolutamente nada contra a empresa Cortex, que reproduziu esse sistema; é uma empresa porto-alegrense, eu já fiz uma pesquisa e consultei algumas pessoas, não tenho absolutamente nada contra os dois sócios, eles têm legitimidade de fazê-lo. Quem não tem legitimidade de fazer esse procedimento é o secretário Adriano Naves de Brito, que, como todos os colegas vereadores sabem, tem perfil autoritário, é alma gêmea do prefeito municipal e, portanto, massacra os professores da rede municipal de ensino.

Vou dizer às senhoras e aos senhores: a minha a minha petição foi feita com estudo, com muita pesquisa, com muito embasamento jurídico, não caiu do céu, tem muita transpiração, e não pensem, o Sr. Prefeito e o Sr. Adriano Naves de Brito, que as nossas proposições são uma mera carta de denúncia. Não, é uma efetiva petição, como eu fiz as petições ao Ministério Público de Contas acerca do Mercado Público, como foi a reunião que eu fiz com a equipe técnica do Tribunal de Contas, e quero aqui agradecer ao conselheiro Cezar Miola, que disponibilizou uma discussão, e nós chegamos à conclusão de que eu deveria aportar uma outra petição com novos elementos, que deu condições de sair uma decisão, bem como todo o arrazoado que eu fiz ao Dr. Dallazen, chefe do Ministério Público Estadual, e a decisão que foi confortada por três promotores de larga experiência nessa área do patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Alegre.

Portanto, aqui não se faz oposição por oposição, aqui se faz oposição com consistência, e eu sou daqueles que compartilham as ações com quem quer que seja. Dias atrás, eu tive a grata satisfação de debater com o meu colega liberal, como eu gosto de provocá-lo, o Ver. Camozzato, sobre os pedidos de informação e os pedidos de providência não respondidos – se não me falha a memória e as minhas contas, foram 56 pedidos não respondidos em todos os prazos possíveis da administração. E, como tem dito o Dr. Ricardo, a gente ainda tem que se utilizar do velho Decreto nº 201 para fazer valerem algumas coisas na administração pública em 2020.

Portanto, peço aos meus colegas vereadores que sempre têm dado atenção para as questões que eu coloco, especialmente para as assessorias jurídicas de vários vereadores, das quais eu tenho abusado, com a licença dos colegas vereadores, para trocar umas ideias, e da minha bancada, que tem dado suporte a esta liderança, para levar adiante essas questões tão importantes.

Muito obrigado, Ver. Pujol. Obrigado pela atenção de todos os colegas vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito ao Ver. Paulo Brum que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver. Paulo Brum. Eu vou fazer coro, aqui, à fala do Ver. Adeli Sell, eu acho que o Ver. Adeli Sell foi muito feliz em trazer o tema dos pedidos de informação que estão com prazos vencidos. E esse é, realmente, um problema que até nós identificamos que consta no Regimento da Câmara, uma dificuldade de como proceder após os vencimentos dos prazos dos pedidos de informação. Isso não é uma exclusividade dos vereadores da oposição, eu, como vereador independente, já trouxe inúmeras vezes pedidos atrasados e que são reiterados pela CCJ, conforme o nosso Regimento prevê; mas após a reiteração da CCJ, não há um outro ambiente onde possa haver uma maior cobrança por parte do gestor público municipal ao não responder esses pedidos.

Então eu estou propondo uma alteração no nosso Regimento, e eu vou abrir um bloco de assinaturas e compartilhar com os demais colegas, eu já havia mandado esse projeto para o Ver. Mendes Ribeiro, o Ver. Ricardo Gomes e o Ver. Adeli Sell - que são os três vereadores que já estão há algum tempo na CCJ, têm uma experiência sobre esse tema e que já me haviam relatado pessoalmente dificuldades com os pedidos de informação. Eu acho que é uma contribuição para Casa e que a Câmara pode discutir também quais são os passos seguintes, não só por conta da atual circunstância, mas que fique para o futuro da Câmara Municipal, para que ela possa ter também melhores ferramentas para que tenha acesso às informações que permitem ao legislador fazer o seu trabalho de fiscalização. Então, muito bom que o Ver. Adeli Sell trouxe esse tema.

Gostaria também de tratar de outro assunto, não teremos a Ordem do Dia hoje, como o Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, bem colocou, mas o Ver. Aírto Ferronato mandou uma mensagem referente ao pedido de *impeachment* protocolado na sexta-feira e eu, particularmente, fiquei um pouco confuso se esse pedido será apreciado, quando será apreciado, como está sendo organizado, especialmente pela

presidência, se nós teremos a reunião de lideranças na quarta-feira para falar sobre isso. É um tema pelo qual tenho sido bastante cobrado por eleitores e nas redes sociais também, acho que é de interesse de pelo menos uma parcela da população ver esclarecido, como também a Ver.^a Cláudia Araújo e a Ver.^a Mônica Leal manifestaram no nosso grupo dos vereadores do WhatsApp, que é do interesse de todos nós, legisladores, fiscalizadores, poderemos apreciar essas informações trazidas pela população. Deixo um abraço a todos e o agradecimento pela atenção de cada um.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; Ver. Paulo Brum, que preside a sessão no momento. Eu agradeço aos meus colegas de bancada - o Ver. Roberto Robaina e a Ver.^a Karen Santos - por poder me manifestar em nome do nosso partido. Eu gostaria de abrir a minha fala de hoje reforçando a denúncia que o Ver. Adeli Sell traz neste momento, que é extremamente grave. A plataforma contratualizada pela Prefeitura, chamada Cortex, além de ser uma ferramenta muito ruim - e essa classificação é utilizada por todas as equipes diretivas que eu entrei em contato e por todos os professores que acessaram esse recurso tecnológico -, todos referem como muito ruim, cabe destacar que a Prefeitura de Porto Alegre tem contrato com a empresa Google, uma gigante do meio da tecnologia, e existem *e-mails* institucionais que são fornecidos pela plataforma Google. Essa mesma plataforma tem um sistema de utilização de aulas remotas em que os professores inclusive podem aplicar avaliações, deixar materiais, acompanhar o trabalho dos seus estudantes, e a Prefeitura abriu mão desse recurso para contratualizar com uma empresa que não temos segurança de que os dados dos nossos jovens e das nossas crianças serão preservados - e isso fere o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós temos que resguardar o direito à privacidade dos nossos estudantes.

Para além disso, a Secretaria Municipal de Educação demonstra, mais uma vez, a sua total e completa ignorância com relação à rede do Município, pois acabou de reclassificar as nossas escolas através de uma lista com difícil acesso. O difícil acesso geralmente é analisado com base na distância do Centro de Porto Alegre em relação às instituições de ensino, fazendo com que a Prefeitura e a Secretaria possam aproximadamente estimar quanto tempo um profissional da educação - o professor, a professora - vai levar para ir da sua residência até a escola em que vão lecionar. Houve uma reclassificação completamente aleatória, uma reclassificação doentia. Vou dar um exemplo sobre o que eu estou falando: a Escola João Antônio Satta, que fica no Extremo-Norte da nossa cidade, ela recebeu, ela está dentro do rol das escolas que têm difícil acesso, ela está dentro da lista de escolas que são consideradas de difícil acesso pela Prefeitura. A Escola Municipal de Educação Infantil Nova Gleba não está na lista.

Gente, a EMEI Nova Gleba fica no mesmo terreno da EMEF João Antonio Satte! No mesmo terreno! Como é que uma escola que está ao lado da outra não recebe, não está presente nessa listagem? O senhor secretário Adriano Naves de Brito demonstra, de novo, que não conhece as nossas escolas, não conhece os nossos estudantes, não conhece os nossos professores, e mais uma vez utiliza-se da Secretaria Municipal de Educação para prejudicar os colegas professores. Não tem cabimento! Não tem cabimento. Existem escolas que são muito distantes do Centro, que estão situadas em regiões que realmente são de difícil acesso, tem que passar por estrada de chão batido, muitas vezes não tem ponto de ônibus próximo e que foram retiradas da listagem. Eu não entendo qual a justificativa que o senhor secretário tem para essa nova reorganização do difícil acesso para os professores; talvez seja por que algumas escolas que estão distantes, que deveriam ser de difícil acesso, não aceitam passivamente os mandos e desmandos do secretário.

E mais uma coisa: nós, Câmara de Vereadores, votamos uma lei no ano passado que reestruturou a eleição das direções das escolas. E ainda hoje, senhoras e senhores, em agosto – agosto –, oito meses depois, os diretores não tomaram posse. Existem muitas escolas em que as direções não foram empossadas; portanto, os novos diretores, que já deveriam ter assumido no início do ano, não receberam o treinamento para utilização da Plataforma Cortex, não receberam! E, para concluir, o secretário fala no jornal do SBT que todos os professores receberam treinamento para usar essa porcaria. Mentira! Mentira! O treinamento foi feito quando era a Plataforma Zoom, a mesma que a Câmara de Vereadores está utilizando. E nós sabemos que ela não tem como comportar mais de três mil professores e diretores de escolas para fazer uma reunião coletiva. É mentira, uma mentira deslavada! A plataforma que não funciona, que não protege a integridade e as questões pessoais, os dados pessoais dos nossos estudantes, para a qual os professores não receberam treinamento e capacitação e foi enfiada “goela abaixo” na rede municipal. Isso é autoritarismo em nível máximo; por isso a minha indignação. Muito obrigado a todos pela atenção, mas o assunto é muito delicado. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Vereador. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente dos trabalhos, Ver. Paulo Brum; colegas vereadores e vereadoras. Há menos de 30, 40 dias nós votamos na Câmara Municipal um projeto de lei que obrigava a testagem com relação ao coronavírus – foi vetado pelo governo Marchezan. Esse veto está na CCJ e deve ser avaliado amanhã ou nos próximos dias.

Eu queria pedir a compreensão dos colegas vereadores pelo seguinte fato: o governo já há um bom tempo comprou, para Porto Alegre, 120 mil testes. E até sexta-feira tinha testado 18.758 pessoas. E nós temos uma demanda dos trabalhadores da

saúde, do DMAE, dos serviços essenciais no sentido de que todos aqueles que apresentem sintomas de poderem ter contraído o coronavírus possam ter a testagem imediatamente, coisa que até então não é feita. Hoje, quando acontece isso, esses trabalhadores são mandados para casa para cumprirem uma quarentena de 14 dias, e muitos, nesse período, estão perdendo a vida - como aconteceu com um servidor do DMAE, Sr. Benedito, que, infelizmente, dez dias depois, perdeu a vida.

Não há como nós não defendermos a testagem, não só para os servidores, mas, de uma forma geral, deveria haver testagem em massa. Mas, se nem mesmo aqueles que apresentam os sintomas do coronavírus forem testados, não tem como o governo fazer um monitoramento dessas pessoas. Porque nós sabemos – e isso é de conhecimento de todo mundo – que a subnotificação é muito maior. Nós podemos dizer, bem como os próprios cientistas da área, que pode ser até dez vezes maior do que a apresentada. Então, se não for feita a testagem... Podemos imaginar que se testarem um, pode haver de oito a dez pessoas a mais contaminadas. Se tu não tens esse monitoramento, o que vai acontecer agora com a mudança da temperatura, as pessoas tendem a se aglomerar, com a abertura dos jogos as pessoas tendem a se aglomerar, e, em vez de nós reduzirmos o contágio, vai aumentar; em vez de nós protegermos o cidadão que está lá como profissional, servidor da saúde, nos serviços essenciais, na linha de frente, para poder dar mais segurança a ele, a sua família e aos pacientes, nós não temos nenhum tipo de segurança, não temos nenhum tipo de monitoramento. Então, defender essa causa é mais do que defender a vida, porque nós estamos tratando com quem, de fato, no dia a dia, já trabalha estressado, com sua autoestima diminuída porque o governo não faz o dever de casa. Lá no início, infelizmente, não ofereceram os EPIs; agora está colapsando a questão dos leitos disponíveis, e muitos já defendem o *lockdown*, mas para combater o coronavírus tem que haver muitas ações, dentre as quais é a testagem em massa, ou, no mínimo, daqueles que apresentam sintomas, começando pelos servidores que estão na linha de frente. Por isso que eu quero fazer um apelo aos colegas vereadores que, assim que a CCJ definir o parecer sobre esse projeto, creio que é importantíssimo a Câmara se debruçar sobre ele e dar uma resposta à população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar todos os vereadores e vereadoras, o Presidente Paulo Brum. Eu quero ir na linha dos vereadores Camozzato e Adeli. Eu, há uns 15 dias, adentrei o Ministério Público porque eu não recebia nenhuma informação sobre as condições técnicas dos 50 viadutos, pontes e passarelas da capital. Depois de dois dias, surgiu na Câmara a resposta da Prefeitura. Pasmem, senhores e senhoras, dos 50 viadutos, passarelas e pontes, veio um relatório em relação

a apenas 28. Quem sabe e conhece a SMOV sabe que está ali entre a Av. Borges de Medeiros e a Av. Ipiranga. Classificaram ali apenas 28 dos 50; com relação a 22 eles não deram resultado. Foram pela Av. Ipiranga, pegaram todos os viadutos, pontes e passarelas e pegaram mais outros para satisfazer a vontade deste vereador, quem sabe, de ver as vistorias. Prestem a atenção o que diz nas vistorias: “Exame visual de elementos, sem utilização de equipamentos, sem plantas estruturais, sem as especificações técnicas dessas obras”. E ainda quase todas com recomendações de manutenção, Adeli. A análise foi meramente visual! Não se pode atestar a real capacidade da carga dessa estrutura antiga, ou identificar anomalias mais significativas, como no caso ocorre, sem instrumento adequado para isso. Quem trabalhou na Prefeitura sabe, quem foi secretário sabe. Eu até achei que estava satisfeito, mas o Ministério Público mesmo suscitou, nós precisamos... Já que nós estamos fora da Câmara, eu tive dificuldades nos primeiros dias, foi chegando por etapas e eu ia entregando também por etapas ao Ministério Público. Aí passei às relações, hoje entreguei outro ofício, colocando essas questões, colocando que não são 28 viadutos, passarelas e pontes; são 50 – relação da Prefeitura. Eu venho, Ver. Adeli, cuidando todos os anos, periodicamente, essas inspeções, essas vistorias. Então, olha, deram sorte de o viaduto dos Açorianos não ter um problema maior, porque pelo que eu vi, o exame visual, sem elementos, sem utilização de equipamentos para ver sem dúvida a capacidade daquele viaduto, a sua carga, nós podemos a qualquer momento ter uma tragédia em Porto Alegre. Mas o Ministério Público está atento, o estou abastecendo com informações, e também, ao mesmo tempo, colocando isso que eu coloco para vocês para que o Ministério Público vá fundo nessa questão para que nós não tenhamos uma tragédia, Adeli, em Porto Alegre. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. Sr. Presidente, não temos mais inscritos em liderança.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Comunicações para a próxima sessão.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, nós temos que ter oportunidade de fala, e eu tenho presenciado esse tipo de coisa: o período de Comunicações, que iríamos abrir, pedem a postergação, e já estamos postergando o Grande Expediente. E nós, que não temos esse período para a fala, ficaremos em prejuízo, porque logo estaremos em período eleitoral. Não concordo.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade da Ver.^a Lourdes Sprenger.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0203/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/20, que inclui o art. 19-A na Lei Complementar nº 790, de 10 de fevereiro de 2016. **(Processo eletrônico/prazo) (SEI 118.00094/2020-42)**

PROC. Nº 0229/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/20, que institui a Política Municipal de Logística Reversa dos Resíduos Originários de Embalagens (PML-RE) de papel, plásticas, metálicas, de vidro e de multicamadas e similares. **(SEI 118.00119/2020-16)**

PROC. Nº 0533/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 233/19, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que revoga a Lei nº 12.183, de 27 de dezembro de 2016 – que estabelece, em estacionamentos de prédios em que são prestados serviços públicos no Município de Porto Alegre, a reserva de, no mínimo, 5% (cinco por cento) de suas vagas para visitantes. **(SEI 040.00059/2019-86)**

PROC. Nº 0227/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 013/20, que institui o Sistema de Avaliação Municipal de Educação Básica (SAMEB-POA). **(SEI 118.00116/2020-74)**

PROC. Nº 0233/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 014/20, que dispõe sobre a responsabilidade dos estabelecimentos públicos e privados que dispensam medicamentos de uso humano e veterinário no município de Porto Alegre. **(SEI 118.00121/2020-87)**

PROC. Nº 0234/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 015/20, que institui Política Municipal para Logística Reversa de Lâmpadas, Eletroeletrônicos, Pilhas e Baterias no município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 118.00122/2020-21)**

PROC. Nº 0235/20 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 016/20, que institui Política Municipal para Logística Reversa de Pneus (PMLRP) no município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 118.00123/2020-76)**

PROC. Nº 0026/20 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Grupo de

Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA). (SEI 022.00015/2020-16)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0219/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/20, que altera os *capita* dos arts. 154 e 154-A e o § 1º do art. 154-A; e revoga os incs. I e II e o § 2º do art. 154-A da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 - que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre; e o art. 53 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002. (**Licença-paternidade/Adoção**) (SEI 118.00104/2020-40)

PROC. Nº 0226/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/20, que autoriza a Companhia Carris Porto-Alegrense (Carris) a contratar operação de crédito com instituição financeira, com a garantia do Poder Executivo Municipal, até o valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) e dá outras providências. (SEI 118.00115/2020-20)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h01min.)

* * * * *